



Conselho Municipal de Assistência Social

Estado de Sergipe

Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros

Conselho Municipal de Assistência Social

Lei Federal – LOAS nº 8.742/93 – Lei Municipal nº 435/07

REUNIÃO ORDINÁRIA

ATA DA 202ª (DUCENTÉSIMA SEGUNDA)

01 Ao vigésimo quinto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte um, às dez horas e trinta minutos
02 nas dependências da Câmara de Vereadores, localizada na Avenida Oceânica, Bairro Centro
03 neste município, realizou-se a ducentésima segunda Reunião Ordinária do **CONSELHO**
04 **MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)** onde se reuniram a vice-presidente Shirlene
05 Viana Aires Ludovice, a Secretária Executiva Shauna Thainan Freire Nunes e os seguintes
06 Conselheiros/as: Gleide Chagas, Lanya Ribeiro, Rafaela Kelly Ramos, Roselene Melo Santos
07 Maria José Batista Ribeiro, Sandro Luis Zuzarte, Fabiano Epifanio dos Santos e como
08 observadora a Sra. Maria Aparecida Calumbi Santos representante da Secretária Municipal de
09 Educação (SME). A vice-presidente iniciou a reunião dando boas-vindas aos presentes, orientou
10 sobre os cuidados de combate a contaminação da COVID-19 e disponibilizou álcool em gel com
11 concentração em 70%. Após esse momento a mesma prosseguiu com a reunião baseada na
12 seguinte pauta: **1- Leitura da Ata da Reunião anterior; 2- Deliberação sobre os Planos de**
13 **Ação 2021 e Relatório de Gestão 2020 por parte das Instituições do 3º Setor; 3- Emissão**
14 **da Inscrição do Serviço Socioassistencial de Alta Complexidade: Casa Lar Travessia; 4-**
15 **Reapresentação do Plano de Aplicação e a Reprogramação e Saldos dos recursos**
16 **Federais, Estaduais e Municipais alocados no Fundo Municipal de Assistência Social no**
17 **ano de 2021; 5- Análise da Lei de Utilidade Pública do Município; 6- O que ocorrer.**
18 Seguindo a pauta, a vice-presidente fez a leitura da Ata da reunião anterior, que após lida foi
19 aprovada e assinada por todos. 2- Logo após a leitura da ata, a vice-presidente do CMAS
20 destacou a importância das Instituições assumirem a fala e que após a apresentação do
21 Planejamento Anual e Relatório de Gestão estaria aberta a oportunidade de todos ouvirem os
22 relatos das ONGs sobre a realidade atípica em que a sociedade vive e os desafios de manter a
23 oferta de serviços diante das restrições decorrentes da pandemia da COVID-19. Na sequência
24 a palavra foi cedida a Ação Social da Paróquia de Barra dos Coqueiros (ASPRA), representada
25 pelo Senhor Fabiano Epifanio dos Santos. O mesmo considerou que o ano de 2020 exigiu uma
26 reflexão da sociedade sobre o sentido da vida e que a ASPRA decidiu sobre a suspensão das
27 atividades presenciais como o projeto Caravana da Esperança, Atendimento Psicológico com
28 algumas mães e crianças que participavam das atividades. Os dirigentes da ASPRA e toda a
29 equipe focou as atenções no sentido de reforçar os laços sociais e afetivos, através do SES
30 com atividades remotas de orientação junto às mães, a distribuição de alimentos através do
31 Programa Mesa Brasil. O Conselheiro Fabiano destacou que para estas atividades foi necessário
32 adaptar a logística para evitar aglomerações e a distribuição foi realizada através de lideranças

em cada bairro para garantir a segurança de todos. A ASPRA também recebeu doação de álcool e partilhou com algumas famílias para garantir a estas, meios de evitar o contágio ao vírus. Em meio a estas atividades a equipe da ASPRA mantinha contato por ligações telefônicas e redes sociais com as famílias para oferta de atenção e manutenção dos vínculos. Para o ano de 2021, o Presidente da ASPRA informou que pretende manter o desenvolvimento das atividades e buscar parcerias que dêem suporte a instituição e as famílias. O mesmo destacou ainda que conta com o apoio da Secretaria de Assistência Social na oferta de cursos ou ajuda financeira através de alguma verba, pois o cenário atual é desafiador e a união de todos os atores poderá garantir atenção as famílias. Após a fala do Conselheiro, a vice-presidente agradeceu a sua explanação e abriu o espaço para as Conselheiras Lanya Ribeiro e Gleide Chagas representantes do Centro Comunitário Sócio-Cultural de Barra dos Coqueiros (CCSC), apresentarem os documentos e realizarem sua apresentação. A Sra. Lanya Ribeiro enfatizou que o contexto de pandemia e restrições desafiou todas as instituições, sejam elas do terceiro setor ou públicas, pois todos tiveram que revisar suas práticas, onde o ano de 2020 seria iniciado pelas atividades com o grupo de idosos, inscrições dos cursos profissionalizantes e reforço escolar, porém em março, após o processo seletivo concluído dos cursos adquiridos em parceria com o Instituto COOPERFORTE, foi necessário interromper o andamento das atividades e avaliar a partir da equipe técnica do CCSC novos caminhos e estratégias diante da responsabilidade social que adquiriram, onde a estratégia inicial foi buscar doações de alimentos através de parceiros e apoiadores para ofertar ao público, através dessa busca foi possível garantir a distribuição de 500 potes de sopa por semana e cuscuz recheado. A Conselheira Lanya Ribeiro pontuou os desafios estruturais relacionados à equipe no preparo dos alimentos, embalagens e transporte para chegar até as comunidades, perante a escassez de recursos que foram superados e essa atividade foi desenvolvida durante todo o ano de 2020 e continua sendo realizada no ano corrente. Outra atividade desenvolvida foi à participação do Centro Comunitário em editais e chamamentos públicos que atraíssem parcerias como a Visão Mundial e Fundação Banco do Brasil, ao qual garantiu a doação de 100 cestas básica com 60kg de alimentos em cada unidade. Foram distribuídos também kits de leitura e atividades lúdicas para as crianças da sede e dos povoados. A Sra. Lanya destacou que o Programa Mesa Brasil foi mais uma parceria que possibilitou a doação de cestas básicas que geraram em torno de 1000 unidades distribuídas a população. Outra atividade relacionada à doação de alimentos foi através de parceira com a CONAB que desenvolve o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o CCSC pode distribuir cestas verdes de alimentos compostas por legumes, frutas e raízes que garantiram o reforço nutricional do público. A Conselheira ressaltou que apesar da suspensão das atividades presenciais houve o aumento do trabalho a partir de visitas as residências das famílias e todo esse processo exigiu dedicação de toda a equipe no fortalecimento de vínculos. A

69 Conselheira Gleide Chagas complementou a fala da Sra. Lanya, informando que o Plano de
70 Ação 2021 está pronto e que está aguardando a concretização de algumas parcerias para
71 colocar em pratica atividades, inclusive a parceira com a Secretaria Estadual de Assistência
72 Social para adesão ao PAA que garantirá o atendimento para mais de 500 famílias e a retomada
73 dos cursos de qualificação profissional que irão depender da flexibilização do isolamento e da
74 liberação das atividades presenciais e coletivas, também estão aguardando a retomada do
75 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos que é um grupo de risco e
76 dependem do acesso a vacina para o retorno as atividades. Visando o fortalecimento de vínculos
77 foram desenvolvidas atividades alusivas as datas comemorativas como o Dia das Crianças e o
78 Natal através de visitas e doação de brindes, como brinquedos, lanches e lençol para as idosas.
79 A Sra. Lanya Ribeiro encerrou a fala solicitando apoio do CMAS e da SMAS, pois a articulação
80 podem reduzir custos e garantir oferta. E a Sra Gleide Chagas informou que apenas a ASPRA e
81 o CCSC estiveram ativas junto às comunidades representando a atuação do 3º Setor no
82 município. A Sra Lanya informou a todos que está em processo de elaboração a Lei do Marco
83 Regulatório das Organizações da Sociedade Civil que permitirá parceria do Poder Publico junto
84 as Instituições como a transferência de recursos e a terceirização de prestação de serviços.
85 construção da minuta de Lei contou com apoio da SMAS através da Assistente Social Isailde
86 Mayra, da Secretaria Executiva do CMAS a Sra Shauna Freire e do Departamento Jurídico do
87 PMBC por parte de Wagner Teles. A aprovação desta Lei será suporte importante para a
88 realização de parcerias e financiamento de projetos. A Secretária Executiva do CMAS apontou
89 que ambas as instituições diversificaram as ofertas de atenção a comunidade e mantiveram o
90 vínculos com os usuários que nesse cenário critico é de grande importância para garantir
91 proteção social. A mesma apontou que a Associação de Moradores do OLIMAR não compareceu
92 a reunião e deverá apresentar justificativa ao CMAS, sendo a mesma acionada pelo CMAS por
93 meio de contato telefônico com as dirigentes. 3- A Vice-presidente retomou a fala e informou
94 aos Conselheiros sobre a solicitação da Casa Lar Travessia para emissão da **Declaração de**
95 **Inscrição no CMAS** a partir da comprovação da prestação de Serviço de Alta - Complexidade
96 junto a crianças e adolescentes. A mesma esclareceu que a Casa Lar é uma unidade pública
97 que atua conforme os parâmetros nacionais e tem suas atividades registradas no CMAS desde
98 seu funcionamento no Relatório de Gestão Anual e Relatório de Atividades, após a fala dos
99 Conselheiros atestaram ciência. 4- Sobre a solicitação deste Conselho para que mesmo depois
100 da aprovação do **Plano de Reprogramação de Saldos e Aplicação de Recursos** a SMAS
101 rerepresente os saldos e investimentos realizados em 2020, a Vice-presidente informou que
102 SMAS solicitou novo prazo para atender a esta exigência, pois a técnica responsável pela
103 elaboração desse documento estava em processo de coletar as informações junto ao Setor
104 Financeiro da PMBC e trabalhando com o objetivo de apresentar exatamente o que foi solicitado

105 pelo CMAS, um plano de aplicação mais detalhado, que as informações foram cedidas a
 106 Secretaria e estão sendo processadas pela Vigilância Socioassistencial. Esse processo delicado
 107 e importante foi reconhecido pelos presentes que concordaram em manter esse conteúdo na
 108 pauta da próxima reunião. 5- Em continuidade as deliberações do conteúdo da pauta a
 109 Secretária Executiva do CMAS entregou aos Conselheiros cópias da **Lei de Utilidade Pública**
 110 com destaque aos pontos frágeis da Lei que não prevê o monitoramento e fiscalização das
 111 entidades que possuem tal título. A Vice-presidente apresentou a análise da Lei Municipal tema
 112 que foi abordado na ultima reunião ordinária e retorna agora com as contribuições do CMAS para
 113 possível revisão por meio da Câmara de Vereadores. Durante a leitura coletiva da Lei a Vice-
 114 Presidente destacou o artigo 5º que exige que anualmente as entidades com titulo apresentem
 115 documentos comprobatórios do seu funcionamento, porém não associada à visita institucional.
 116 Após a conclusão da leitura os presentes acordaram que o CMAS deveria elaborar Ofício a
 117 Câmara de Vereadores sugerindo a revisão geral da lei e em específico do artigo supracitado. A
 118 conclusão deste item encerrou-se com a concordância unânime de todos os presentes. 6- No
 119 que ocorrer nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata que após lida segue
 120 assinada por todos os Conselheiros.

Shirlene Viana Aires Bredunice
 Shauna Thainan Teixeira Nunes
 Roselene Melo dos Santos
 Cleide Chagas dos Santos
 Rafaela Kelly Ramos dos Santos
 Luiza Ribeiro Mendonça Pereira
 Maria José Sathier Kubens
 Sandoval Reis Rezente
 Fabiano Epifanio dos Santos